

Vivendo entre valentes e serpentes: acordos e lutas contra humilhações, covardias, fogos e venenos em um assentamento na região da BR-163, Amazônia¹

Renata Barbosa Lacerda (UFRJ)²

Palavras-chave: Plantation; Mineração; Moralidades.

Introdução

Este trabalho reflete sobre violências cujas raízes remetem à colonização e ao capitalismo em processos históricos de conquista de regiões de “fronteira”. Indago se o modelo analítico da “conquista” (Souza Lima, 1995; Machado Araújo, 2023) pode elucidar como a plantation e a mineração alimentam a exploração e o controle de “recursos naturais” e de populações em uma fronteira do desenvolvimento neoextrativista (Svampa, 2019), por meio do rebaixamento e inferiorização de determinados grupos étnico-raciais e da exaltação heroica de colonizadores brancos.

A análise se baseia em etnografia sobre conflitos socioambientais em um assentamento da região da rodovia BR-163 (Sudoeste do Pará, Amazônia), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa. Desde a criação do PDS Terra Nossa pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2006, mais de uma centena de *fazendeiros* (pecuaristas, grileiros, donos de mineradoras e/ou madeireiras)³ reivindicam áreas dentro desse território de quase 150 mil hectares, por meio de confrontos políticos (Lacerda, 2023). Nesses confrontos, *fazendeiros* e a Chapleau Ltda., uma mineradora transnacional – que realizou pesquisa minerária de forma irregular no PDS (Incra, 2017) –, agiram para sua redução, cancelamento ou recategorização para

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024). Grupo de Trabalho (GT) nº 44: “Dialéticas da plantation e da contraplantation: expropriação, recusa e fuga”. Este trabalho é baseado em uma versão anterior, apresentada em grupo de pesquisa no PPGAS/MN/UFRJ e na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2020), GT 8: “Antropologia das Emoções”.

² Pesquisadora de pós-doutorado. Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/008725/2023.

³ Termo ênicos relevantes para a análise se encontram em itálico. Nomes de assentados e fazendeiros citados ao longo do texto foram alterados devido ao contexto de violência e ameaça.

Projeto de Assentamento (PA), o que facilitaria a entrada dos lotes no mercado fundiário e a livre exploração de madeira e ouro dentro de seu perímetro⁴.

Frente a isso, as cerca de trezentas famílias de pequenos agricultores, reconhecidas pela administração pública como beneficiárias da política de reforma agrária, responsabilizavam o *governo* pelas *covardias* e *humilhações* que enfrentavam. Foi o *governo* que as *jogou* em meio a *fazendeiros valentes*, os quais reproduziam o mito do pioneirismo dos *colonos* brancos, que colonizaram terras supostamente vazias na região da BR-163 paraense. Os *valentes* ameaçavam cotidianamente seus bens, lotes, direitos, animais, roças, acesso à água, corpos, casas, escola e outras materializações de seu trabalho e ocupação na terra – requisitos para continuarem sendo reconhecidas como beneficiárias da política de reforma agrária (assentadas).

Ao mesmo tempo, muitos servidores do *governo* se revelaram *serpentes* por favorecerem *valentes* e disciplinarem os movimentos das famílias de pequenos agricultores entre a *rua* e o *mato* (Lacerda, 2022). Movimentos esses necessários para a habitação da terra, enquanto “corpo vivo conectado a todos os aspectos da vida social” (Ayoub, 2018, tradução nossa), vivenciada em conjunto com seres não humanos e materialidades não redutíveis a “recursos naturais”.

Para assentados, as *serpentes* e os *valentes*, embora diferentes, se complementavam como agentes de sua expropriação em situações narradas por *humilhações* e *covardias*, bem como por usos violentos do *fogo* e de *venenos* – agrotóxicos e mercúrio, jogados por *fazendeiros* no ar, solo, subsolo e rios. Ademais, esses antagonistas gradualmente “envenenaram” as relações entre assentados, via *acordos* com alguns de seus segmentos, que se converteram ao outro *lado* da *luta*. Assim, após anos de espera por acesso a documentação, crédito, infraestrutura e assistência técnica que nunca chegaram, segmentos cada vez maiores de assentados negociaram com esses

⁴ Em 2015, cerca de 80% do PDS foi alvo de tentativa de exclusão do assentamento por um conluio de fazendeiros, associações do PDS Terra Nossa e parte dos servidores da Superintendência nº30 do Incra. O Ministério Público Federal impediu a ação. Mineradoras pesquisaram ou extraíram ouro sem licença ambiental com apoio de *fazendeiros*, cujos documentos de posse foram oriundos de grilagem e/ou de concentração de fundiária além do permitido legalmente para a Amazônia Legal (Incra, 2017, 2018). Embora não tenham títulos de propriedade e não cumpram os requisitos legais para reivindicar posse, grandes *fazendeiros* se apresentam como *posseiros* ou *donos* para legitimarem suas demandas (Torres; Doblaz; Alarcon, 2017; Lacerda, 2023).

fazendeiros para acordarem sobre a “regularização” do Terra Nossa, aceitando sua redelimitação ou recategorização, desde que mantivessem o acesso à terra⁵.

As famílias que se mantiveram na *luta do PDS* eram alvo de ameaças, agressões, desprezo e racismo anti-indígena e antinegro, sendo estigmatizadas como *vagabundas, sem-terra e/ou ambientalistas*. Logo, eram retratadas como contrárias às melhorias de vida prometidas pelos *valentes*. Assim, havia assentadas(os) que distinguiam antagonistas *humildes* dos *valentes* que *humilhavam* seus corpos, casas, trabalhos e coisas.

Ao contarem suas *histórias* expressando seus sentimentos por palavras e pelo corpo, assentadas e assentados demonstraram sua dignidade e se posicionaram em configurações sociais marcadas por hierarquias de classe, gênero e raça – as quais marcam distanciamentos e aproximações cotidianos (Corrêa; Bemerguy, 2020). Traduzidas em hierarquias de respeito (Marques, 2007), essas configurações são desenhadas ao evidenciarem a violação de limites morais (Marques; Comerford; Chaves, 2007).

Seguindo Michael Gilsean (1996), observo como contextualizaram e produziram hierarquias sociais em meio a disputas por reputações, respeito e terra, ao falarem sobre *fazendeiros e autoridades*, construindo narrativas também de vitória e honra. Nessas *histórias*, de forma semelhante ao contexto analisado por John Comerford (2014, p.47), acerca de trabalhadores rurais em Minas Gerais, buscavam mostrar que sabiam viver em meio a homens poderosos e perigosos, “requer coragem, envolve sofrimento, mostra valor, tomando a pessoa/família digna de respeito e consideração, ou até mesmo fama”.

As conversas e entrevistas que sustentam a presente análise se deram em trabalhos de campo que realizei em 2013, 2017 e 2018, bem como em conversas posteriores nas mídias sociais, em especial WhatsApp. Me apresentei como pesquisadora da UFRJ estudando a situação do assentamento e sua relação com *fazendeiros*. O *medo* foi uma marca das interações que tive com assentadas e assentados, assim como a busca de compartilharem suas *histórias* com alguém *de fora*.

Por um lado, muitos me viam com desconfiança por andar sozinha e ter uma aparência e origem semelhante a antagonistas ou agentes governamentais (em grande

⁵ O acesso almejado à terra pode ser, nesses casos, desde a permanência ou acesso à condição de beneficiário da política de reforma agrária – constando na Relação de Beneficiários (RB) do Incra –, quanto se tornar dono de propriedade privada, através do que chamam de “regularização fundiária”: emissão de títulos individuais de propriedade. As práticas de fazer propriedade/terra compõem o que Campbell (2015) chamou de “arquivo do desenvolvimento”; isto é, políticas disponíveis a essas famílias em dado momento e lugar.

parte brancos do Centro-Sul). Fui percebendo que uma parte cultivava um distanciamento precavido de mim em meio a rumores e “brincadeiras com fundo de verdade” sobre minha chegada, por exemplo: eu seria policial federal e prenderia todo mundo por desmatamento, visto que alguns vendiam madeira ao abrirem seu lote⁶; seria espiã da mineradora e fazendeiros que buscavam expulsá-los ou coagi-los a aceitar legalmente a sua presença. Por outro lado, muitos se encontravam sob ameaça de morte ou de outras represálias – que se tornaram ainda mais palpáveis após o assassinato de dois assentados em 2018 – buscando em mim, também, um canal para realizarem denúncias que não vinham sendo encaminhadas por *autoridades*.

No primeiro item apresento brevemente algumas questões acerca do modelo analítico da “conquista” em diálogo com: o debate sobre Antropoceno, Capitaloceno e Plantationoceno; o conceito de (neo)extrativismo; e a antropologia das emoções, sobretudo as hostis. No segundo item, apresento *histórias* diversas sobre a vivência em meio a *covardias, humilhações, fogo e venenos*. Ao fim, argumento que o modelo analítico da “conquista” contribui para a análise de dispositivos da colonialidade nesses conflitos, como a persistência do discurso civilizador do desenvolvimento e o apagamento de outras historicidades e formas de habitar o mundo.

(Neo)extrativismo, conquista e formas de rebaixamento

Para Maristella Svampa (2019), a história do extrativismo na América Latina remonta à invenção da Europa e à expansão do capital, tendo desenvolvido o conceito de neoextrativismo para compreender as rupturas derivadas da nova fase de acumulação de capital no século XXI, que impulsionou a "vertiginosa expansão da fronteira da mercadoria", possibilitando "novas disputas políticas, sociais e ecológicas" (Svampa, 2019, p.27). O neoextrativismo engloba o agronegócio e a mineração, bem como os setores de petróleo e energia, e os grandes projetos de infraestrutura que compõem a logística de exportação de *commodities* para o mercado internacional. Esse conceito confere centralidade às lutas contra as seguintes crises do século XXI: a crise de acumulação capitalista; a crise econômica global do capitalismo neoliberal e financeiro;

⁶ Essa quantidade de madeira é irrisória perto das dezenas de toras retiradas diariamente de forma ilegal do assentamento por grandes fazendeiros, sobretudo da área que deveria ser a reserva coletiva do PDS.

a crise da democracia; a crise da modernidade; e a crise socioecológica, caracterizada por cientistas desde os anos 2000 como a era geológica do Antropoceno.

A noção de Antropoceno tem sido desde então debatida e problematizada devido ao seu eurocentrismo e por ocultar causas e consequências desiguais das mudanças ambientais globais, principalmente, o racismo. Com isso, apagam o papel da branquitude, bem como das experiências de vida e formas de resistência ao colonialismo por comunidades negras de ascendência africana e povos indígenas (Davis et al., 2018). Se o conceito de Capitaloceno, elaborado por Jason Moore⁷, foi uma tentativa de se contrapor a uma visão mais genérica do radical “anthropos” de Antropoceno, destacando relações de poder constitutivas do capitalismo e do imperialismo na expansão de fronteiras da mercantilização, tampouco foi suficiente para dar conta das tecnologias de poder da transformação global, societária, ecológica e geológica em jogo.

Já a noção de Plantationoceno (Haraway et al., 2015; Haraway, 2015) evidenciou a antecedência do sistema da *plantation* em relação ao capitalismo industrial na geração da crise socioecológica global. Logo, antecedeu fatores causais geralmente elencados pelos autores do Antropoceno: combustíveis fósseis, máquinas a vapor e a revolução industrial. Fundamentada na extração, a *plantation* implica a realocação de plantas, animais, micróbios e pessoas – racializadas, como apontaram críticos desses estudos precursores do Plantationoceno (Davis et al., 2018).

Horacio Machado Aráoz (2020, 2023), por sua vez, acrescentaria que essa lógica de extração (o extrativismo) implicou ainda a realocação de minérios, como ouro e prata, desde a “descoberta” e conquista do continente americano pelos colonizadores europeus. Como abordou, a conquista da América, enquanto prática sistemática, se caracterizou pelas formas de Mina e Plantação/*plantation*, sendo estas as tecnologias de produção do que Moore chama de Capitaloceno, nomeando assim a nova era geológica como Mineraloceno e/ou Plantationoceno. Mina e Plantação, segundo destaca o autor, são “formas de exploração mineral de solos e corpos” (Machado Aráoz, 2023, p.15)⁸.

⁷ O Capitaloceno é baseado no modelo histórico-geográfico gerado pelos ciclos do capital, caracterizado pela expansão geográfica quando o recurso se esgota: "A terra está se esgotando? Nós movemos a fronteira [...]" (Moore, 2013 apud Svampa, 2019, p.151, tradução nossa).

⁸ A semelhança entre a mineração extrativista e a plantation foi notada por muitos pesquisadores, como observou Ricardo Brito (2022, p.133): “Essa concepção da agricultura [padrão monocultor, latifundiário e

O molde epistêmico-ontológico do extrativismo seria a conquista, a qual remete não só à invenção da raça⁹ na inferiorização e desumanização de outros povos –, mas também a uma ordem de gênero, de patriarcado de alta intensidade colonial-moderno, como abordou Rita Segato (2018). trata-se de uma “conquistualidade permanente”, que atualiza no presente a guerra e o genocídio da Conquista do Novo Mundo. Acerca desse imbricamento entre raça, gênero, mas também sexualidade, Telma Bemerguy (2024, p.33) observa que a política de colonização da Amazônia implicou na racialização “marcada por uma erótica de conquista e subjugação” e a “debates relacionados a um escrutínio amplo do corpo”.

Com isso em mente, a partir do modelo analítico elaborado por Antonio Carlos de Souza Lima (1995, p.55) ao analisar o poder tutelar sobre povos indígenas no Brasil, a conquista é uma “empresa cognitiva” frente à alteridade radical, à presença do outro – cuja humanidade é questionada e cujo destino “pode oscilar entre o aniquilamento ou a plena absorção (mas pela via da violência, ao menos no primeiro momento” (Souza Lima, 1995, p. 51). Com ou sem o uso da violência, a “guerra de conquista” apresenta três elementos centrais: a organização militar conquistadora; o povo guiado por essa organização, e que reconhece uma identidade comum; o povo conquistado, “transformado em cativo, junto com seus bens, terras e recursos naturais – os quais, no caso da conquista, vão sendo transformados em mercadoria” (Souza Lima, 1995, p.49). Para administrar o povo conquistado, produz comunidades imaginadas oriundas de conquistas (Souza Lima, 1995, p.67).

Com base nessas considerações sobre alteridade radical, cabe enfatizar que pensar a prática da conquista como chave analítica da crise socioecológica global não deve reproduzir a supremacia epistêmica euro-ocidental. Esse risco foi alertado por Bikrum Gill ao defender que, antes da conquista, há o contato entre seres com distintas formas de “criação de mundos-terra” (“earth-world making beings”):

de uso intensivo do trabalho] que remonta ao sentido da colonização dos séculos XVI ao XIX se funda na ampliação das fronteiras e no uso extensivo e intensivo da terra, frequentemente tratada mais como dilapidação mineral do que cultivo, associação também apontada por Holanda (1941, p. 7).”.

⁹ “La raza no es otra cosa que la atribución de una biología, de un fundamento orgánico, a una desigualdad que se ha instalado como consecuencia de una victoria bélica.[...] Así, la raza es la "biologización" de la desigualdad. Y el género es exactamente lo mismo, pero en un lapso temporal mucho mayor, el tiempo de la especie probablemente desde la historia de la victoria e imposición de un orden patriarcal sobre las mujeres narrada por los mitos de origen [...]” (Segato, 2018, p.58).

A conquista [...] e o subsequente surgimento da ecologia social colonial-capitalista, envolve mais do que o roubo de trabalho e terra; é fundamentalmente a apropriação e o apagamento simultâneos dos mundos-terra criados pelos povos indígenas e negros (Gill, 2021, p.4, tradução nossa).¹⁰

A análise do contato, defendido por Gill, poderia talvez ser remetida à teoria da fricção interétnica, elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira (1976). Em “Do índio ao bugre”, o antropólogo brasileiro evidenciava que um chefe Terêna relatou que seus companheiros “vêm sendo humilhados freqüentemente pelos empregados da firma [de pavimentação da rodovia], chamando-os de bugres famintos, preguiçosos e beberrões”. Um vereador Terêna afirmou que estava combatendo “esse pensamento (de uma superioridade dos 'brancos' em relação aos índios)”, “de querer rebaixar o índio.”. Portanto, “bugre” se tornou a “categoria social engendrada pela fricção interétnica” que sintetizaria, para Cardoso de Oliveira (1976, p.9), “o caráter estigmatizador do contato entre os Terêna e a sociedade regional”.

Como foi argumentado por Maria Elvira Díaz-Benitez, Kaciano Gadelha e Everton Rangel (2021, p.12), emoções hostis, como a humilhação, são boas para pensar “gramáticas do racismo” e de outras opressões, ao evidenciar práticas de rebaixamento e de reprodução de hierarquias sociais em sua interseccionalidade. Dessa maneira, busco mostrar de que maneiras discursos emocionais incorporados (Abu-Lughod; Lutz, 1990) em torno de *covardias*, *humilhações*, *fogos* e *venenos* dramatizavam, reforçavam ou alteravam as configurações sociais de hierarquias em jogo – compondo uma micropolítica no sentido de Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho (2010).

Histórias de humilhações e covardias no PDS Terra Nossa

História do assentamento

Os assentados com quem conversei passaram por vários lugares do Brasil – principalmente de municípios do Pará e das regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste – ou mesmo de outros países como Argentina e Paraguai antes de se mudarem para Novo

¹⁰ Como notou Machado Aráoz (2023, p.18), é pouco conhecido, por exemplo, o “Antropoceno-amazônico” dos povos indígenas que causaram a conformação geológica do que hoje é o bioma amazônico. Logo, “Na realidade, todos os povos – e não apenas os “ocidentais” – produziram transformações na Terra. Seus próprios modos de existência causaram inúmeros impactos e efeitos geológicos. Isso significa que, assim como não existe uma única civilização humana, não existe um único ‘Antropoceno’. Em vez disso, a partir do momento em que podemos registrar a estabilização espaço-temporal e a sedimentação de determinadas geoculturas, podemos identificar a criação de diferentes tipos de Antropoceno.”

Progresso. Compartilhavam recordações da roça nas suas vidas e de seus familiares, sendo o assentamento um meio de voltarem a ter terra para plantar e criar animais como galinhas, porcos e um gadinho. Essa *luta por terra* por vezes começou nesses outros lugares pelos quais andaram previamente – e que continuaria para muitos dos que saíram do Terra Nossa dados os *sofrimentos* que lá viveram até não conseguirem mais ficar. Essa vivência *sofrida* era vista como decorrente do desprezo do governo federal, através do Incra, que lhes *jogou e abandonou*.

Conforme aqueles que já *lutavam* pelo assentamento antes de sua criação pelo Incra em 2006 me contaram em variadas ocasiões, sua *história* remete à *luta do acampamento* no entorno da rodovia BR-163. Valorizando-se como *pioneiras e pioneiros* dessa *história* compartilhada do Terra Nossa, relataram como foram sucessivamente *jogados* por representantes (sindicalistas e políticos) e servidores do Incra em terras reivindicadas por *fazendeiros* – em geral brancos, não raro autoidentificados como *colonos sulistas pioneiros* na colonização da região da BR-163 (Lacerda, 2023) –, embora muitos desses não cumprissem os requisitos para titulação de suas áreas¹¹. Primeiramente, o presidente do STTR/NP (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Novo Progresso) mobilizou os então candidatos a beneficiários de reforma agrária que estavam acampados na rodovia a ocuparem uma área onde capatazes de *fazendeiros* queimaram seus barracos.

Frente a essas represálias no local, receberam orientação do então candidato à prefeitura a voltarem para a cidade ou para os acampamentos na BR-163. Em troca do apoio dos acampados à sua campanha política em 2004, ele lhes prometeu que *ajudaria* a viabilizar a política de reforma agrária. No ano seguinte, eleito como prefeito, o Incra criou o PDS Vale do Jamanxim em dezembro de 2005. Porém, foram expulsos por “fazendeirões” que tinham capatazes e prestígio no município, voltando para o *sofrimento* das condições dos acampamentos. Poucos meses depois, em fevereiro de 2006, o governo federal criou por decreto a Floresta Nacional do Jamanxim sobre a área daquele assentamento, o que dificultou ainda mais a sua implantação. Já naquele momento se fazia sentir o que os munícipes chamaram de crise da febre de empregos, o que aumentou os

¹¹ Os assentados se diferenciavam entre quem estava desde o início – *pioneiros* que geralmente constam na Relação de Beneficiários (RB) do Incra – e quem chegou depois no Terra Nossa. Os últimos compartilhavam do conhecimento sobre a *história do assentamento*, embora recomendassem os primeiros como mais hábeis para contá-la por terem presenciado as *covardias* e *sofrimentos* desde os acampamentos.

adeptos à *luta por terra*. O prefeito então realocou as famílias acampadas para um ginásio esportivo tendo em vista *ajudá-las*, dando-lhes assistência em moradia, alimentação e trabalho enquanto continuavam *lutando* com o Incra por um novo assentamento.

Em 6 de junho de 2006, após negociações do prefeito com servidores do Incra, parecia enfim que a espera *sofrida* nas lonas lhes daria acesso a um lote, ainda que com menos conforto (logo, mais *sofrido*) do que o PDS anterior, que era mais próximo da cidade. Foi publicada a portaria de criação do PDS Terra Nossa com capacidade para 1.000 famílias em 149.842 hectares, dos quais 80% deveriam ser destinados para a reserva legal coletiva a ser gerida pelas associações do assentamento. Dos 1.000 lotes previstos de 20 hectares, apenas 373 foram demarcados pelo Exército e, desses, apenas 240 foram divididos pela autarquia entre as seis associações que ficaram encarregadas de selecionar os “mais necessitados”, priorizando as famílias que *sofreram* nos dois acampamentos¹². Cada associação ficou responsável inicialmente por 40 famílias que constavam na Relação de Beneficiários (RB) do Terra Nossa. No entanto, quando as famílias *pioneiras* finalmente *entraram* nos lotes em 2007, mais uma vez descobriram que a autarquia as *jogou na mão dos fazendeiros* com a *ajuda* do prefeito em quem haviam confiado. Como um assentado me explicou: “os fazendeiro querendo arrancar escola e [...] o outro falando em botar veneno na água. [...] As pessoas do RB quase tudo saiu porque ficou com *medo*” (28/10/2013).

Em todas as versões da *história* do PDS que ouvi, independentemente dos alinhamentos e conflitos internos, era unânime que o principal culpado da situação era o *governo*, materializado na figura do Incra e em nomes de alguns servidores. Em 2013, um presidente de associação me disse para desenhar um círculo com os fazendeiros de um *lado*, os assentados do outro *lado* e o Incra no meio. Esses *lados*, porém, não eram estanques, nem tinham as mesmas referências conforme quem falava. Ao falarem de *lados*, buscavam demonstrar suas lealdades no conflito, bem como se valorizar por estarem do *lado certo* e seguirem na *luta do Terra Nossa*, o que lhes tornaria *guerreiros* e *corajosos*. Rosa, por exemplo, ressaltou que os fazendeiros contrários ao PDS se aliaram com parte dos representantes dos assentados, com quem “tão estudando uma maneira [...] de não deixar aquilo ali *virar um assentamento*” (entrevista gravada, 02/06/2017).

¹² Ver Lygia Sigaud (2000) sobre o sofrimento da vivência do acampamento.

Dessa forma, o assentamento é visto como processo ainda em disputa, na qual parte dos representantes foi sendo tensionada a aderir ao outro *lado*, situação que todos reconhecem ter sido promovida pelo *abandono do governo*, embora isso não seja suficiente para justificar moralmente o atravessamento dos *lados*. Alguns representantes chegaram a afirmar publicamente que não são assentados, e sim posseiros, defendendo o acesso à terra pela via da *regularização fundiária* e não da política de *reforma agrária*. Esses são assinalados pelos que se afirmam assentados como *traíras* ou termos correlatos. Outros representantes se tornaram próximos dos fazendeiros, construindo com eles relações de trabalho, amizade e gratidão tecida por *ajudas* mútuas, ou mesmo de namoro. Isso era constantemente discutido pelos demais como possível *traição* e cruzamento da linha entre um *lado* e outro, podendo suscitar *raiva* e nojo pela transgressão do que deveria se manter apartado, bem como pelo desrespeito a direitos ou valores, abarcando sentidos morais como argumentam Rezende e Coelho (2010, p.77-78).

Portanto, a *história sofrida do assentamento* não contava apenas um passado que explicaria suas *lutas* no presente da pesquisa, mas construiu comunidades imaginadas, afetivas e morais, através desse conhecimento narrativo produzido em meio a seus movimentos entre acampamentos, lotes, a cidade de Novo Progresso e andanças anteriores pelo mundo, no sentido de Tim Ingold (2011). Por meio desse conhecimento continuamente costurado, expressavam valores e categorias compartilhados e diferenciações internas por reputações que constituem o que Frederick Bailey (1971) chamou de pequena política em comunidades morais face-a-face¹³. Assim, a *história de pioneiras e pioneiros*, ao ser contada, ouvida e recontada, se entrelaçava a outras *histórias* sobre o *sofrimento* cotidiano e eventual ao morarem no PDS, que associam os *sofrimentos* a emoções e julgamentos morais variados ao lidarem com agentes poderosos e o *governo*.

¹³ Em Lacerda (2023) analisei um duplo processo de “comunização”. Por um lado, a imaginação de comunidades (Anderson, 2008), transversais às diferenças e desigualdades, que promovem mobilizações sociais (Bemerguy, 2019) e constroem memórias coletivas entrelaçadas com memórias pessoais (Lambek, [1996] 2016). Por outro lado, a formação de comunidades pela vivência da pequena política das reputações, em que seus membros competem para se manterem iguais (Bailey, 1971). Como argumentou Herzfeld (2005, p.7), essas comunidades face-a-face são geralmente as fontes dos modelos de comunidades imaginadas, as quais se fundamentam em imagens de intimidade.

Humilhações passadas dos valentes

“Minha vida, vou te dizer, dá um livro de história”. Foi assim que Paulinho, um senhor negro com seus mais de cinquenta anos começou a nossa conversa no único cômodo de seu *barraco*, situado na área da comunidade do PDS Terra Nossa, em outubro de 2013. Cheguei acompanhada de um jovem casal, seu bebê e irmãos pequenos, que moravam no *barraco* onde fiquei hospedada por duas noites. Seus pais haviam me recomendado conversar com esse vizinho “muito amigo nosso” sobre a *história do assentamento*, pois ele estava lá desde o início. Além disso, havia sido alvo de sucessivas retaliações, tendo passado por muito *sofrimento*. Paulinho contou as seguidas vezes em que perdeu terra e casa em suas *andanças* desde o Sul da Bahia, onde nasceu, ao Paraná. Ao casar-se com a primeira esposa que faleceu, seguiu para o Paraguai, Mato Grosso e Pará – trajeto comum a progressenses que subiram a rodovia BR-163. Nesse percurso de seguidas *humilhações*, Paulinho foi aprendendo a lidar com as ameaças de expulsão (entrevista gravada 28/10/2013):

Paulinho: Eu *entrei* foi numa área de terra lá no Paraná, uma plantação de 6 mil pé de café [...] Disseram que fazendeiro vinha pra tomar, fui no quartel [...], aí as polícia falou assim, você tem jeito de investigar esses homens lá, gravar pra mó de trazer pra nós? Eu falei “tenho, que eu sou baiano e sou jeitoso”. Eles falou, “não mata não?”. Eu falei, “me dê uma máquina que tire foto!”. Eu tirei foto, quando cheguei lá, perto dos barracos dos homi, que o meu era mais embaixo né... aí eu tava *humilhado* lá.

Renata: *Humilhado* você quer dizer o que, eles te ameaçavam?

Paulinho: Por causa que eles era *valente*, nem que ameaçasse, mas eu ficava com medo. É 40 homi, tudo de carabina. Aí, aí quando eu cheguei com a máquina... eles apontaram tudo os armamentos em cima de mim. Eu era solteiro ainda. Aí eu... falei, “não, eu sou da fazenda...”. Mentira! Eu ia falar que era da polícia? [...]. Quando cheguei na delegacia [...], falaram “meu Deus do céu, esse baiano é cruel, é danado ó”. [Todos riem muito da mentira]. Aí passou quinze dias e o Exército foi lá com camburão. Pegou tudo! [...] Pegaram até metralhadora [...]. Eu era pra ficar escondido, [...]. Não tive meu café, mas eles foram pra cadeia [...]. É assim que faz.

Depois do Paraná, foi para Colíder (MT), onde a firma colonizadora lhe prometeu uma chácara de 4 alqueires com a derrubada do mato. Porém, *sofreu* outra *humilhação*, pois tinha *jagunçada*, “naquele tempo, trinta anos atrás, era só... jagunços, ficava *humilhado*, ia morrer”. Se dizendo *desgostoso* de tudo que passou, decidiu ir ao Pará, *rodando* por Itaituba e Rurópolis – onde sua “casa queimou, queimou documento de novo”. Como se não bastasse, sua segunda esposa, que lhe deixou sete vezes, se *amigou* com outro homem sem lhe informar. Por seis meses não sabia seu paradeiro, até pedir o divórcio, “aí fiquei na dúvida, fiquei descrente das muié, por causa da ação que ela fez”.

Divorciado, chegou em Novo Progresso, onde seu *barraco* foi queimado por *guachebas* no PA Santa Júlia. Já no PDS Terra Nossa, as *humilhações* não cessaram:

Até hoje ainda tem o Daniel [fazendeiro], o irmão dele que se chama Gianni. Não deixa fazer casa de alvenaria na área dele. E sendo que tá cortado pelo Incra, dado apoio do Exército e da polícia federal. Abraão [fazendeiro] ainda conseguiu tomar 20 ou 30 lotes já medido, passou a mão, já marcado pelo Incra, se *amigou* com mulher chamada... Não, eu não vou falar dessa mulher, ela é presidente da comunidade [Risos do casal]. *Amigou* com homi só pra dar os 30 lotes pro homi. [...]. Entrou uma turma pra tomar essa terra do Incra, ameaçou tirar, os camaradas ficou com *medo* e tirou, ele passou uma graninha pros caras. [...] A maior parte das madeira da reserva ele tirou, e ele tava acampado na casa dela e ela dando *apoio*. Mas olha, mas menina, eu fico é morrendo de *raiva*. E daí, porque tem muitos que tem *medo de falar* e tem *medo de morrer*. Hoje mesmo chegou aqui dizendo “você fica falando e aí eles vêm tomar [a terra] de nós...”. Mas eu falo que o homem nasceu pra morrer, mas o homem nasceu pra falar a verdade, mente se for de má conduta.

Em uma mesma conversa, Paulinho demonstrou de forma divertida e épica sua *coragem* no passado e no presente. Antes, enfrentou e venceu os *valentes* que lhe fizeram sentir *humilhado*, isto é, inferiorizado, por estarem em grande quantidade de homens e armas, o que lhe causava *medo*. Depois foi *humilhado* sucessivamente em situações parecidas de conflitos fundiários e até mesmo por sua segunda esposa, que se *amigou* com outro homem. Na *luta do acampamento*, foi novamente *humilhado*, tendo seu barraco queimado – *história* que os assentados conheciam. Perante todo *sofrimento* que relatou ter passado, expressou sua *raiva* com a representante de associação do Terra Nossa que *apoiava* um dos fazendeiros que desmatava a reserva coletiva, em uma relação cuja denominação e modo em que contou me fez remeter à ideia de traição muitas vezes dirigida explicitamente a outros representantes. Sua ex-esposa lhe abandonou ao se *amigar* com outro, o que o tornou descrente com mulheres, ao passo em que a representante se *amigou* com o outro *lado*, o que lhe suscitava desconfianças que perpassavam a violação de valores correspondentes a gênero e lealdades (com o marido e a comunidade). Ademais, tendo assentadas que dividiam a casa com o “inimigo”, o *medo de falar* era ainda mais pronunciado, comentado e alertado entre eles, mas ele seguia se vendo como mensageiro da verdade, movido por seus princípios morais e pela *raiva*.

Se a humilhação é um sentimento público, eterno, corporal, que torna o humilhado em objeto, que significa a perda de controle da identidade (Rezende; Coelho, 2010, p.88), Paulinho em sua narrativa mostrou de certa forma uma pedagogia da humilhação, pela qual aprendeu a gerir o *medo*, lidar com perdas e a fazer sua audiência admirar sua conduta, bem como rir com ele de suas experiências dramáticas e *humilhantes* nas configurações de poder em que se moveu durante a vida.

Covardias e racismo

Assentados costumavam lembrar que o fazendeiro *brabo* Daniel tentou avançar com seu trator sobre a escola que construíram em mutirão na agrovila do PDS em 2008, a qual se localiza dentro da área que ele demandava na justiça. Um assentado lembrou que foram as mães com suas crianças que resistiram na frente do edifício, impedindo-o de passar ao advertirem que lhe derrubariam do trator se ele avançasse para derrubar a escola, destacando a *coragem* dessas mulheres. Em uma das longas conversas que tive com as assentadas Ellen, Rosa e Juliana sobre as *covardias* no PDS, esse fazendeiro havia dito na época que a área da escola ia virar a cocheira das suas muitas cabeças de gado (entrevista gravada, 02/06/2017).

Apesar de muitos terem me narrado episódios de intimidação, xingamento e ameaças por parte de Daniel, o relato de Rosa, uma senhora negra, foi a que mais me impactou pelo detalhamento de sua memória, expressão corporal e racismo envolvido. Indo e voltando entre *histórias* pessoais de *sofrimento*, envolvendo direta ou indiretamente o assentamento, Rosa contou um dos dias em que Daniel e outros fazendeiros foram em sua casa, simulando em seu tom de voz a conversa que modifico abaixo segundo pontos relevantes para a análise:

Daniel: *Eu já não pedi, eu já não falei que eu não quero nenhum vagabundo e nenhuma vagabunda em cima do meu capim?*

Rosa: *O senhor lembra daquilo que o senhor foi e falou, que eu não tenho o documento, mas o senhor também não tem? Então vamo fazer assim, a terra é da União, vamo esperar o governo e o Incra vim pra resolver a situação nossa. Eu não posso abandonar aonde eu já gastei, aonde eu tô trabalhando, aonde eu tô plantando, o senhor pode ver que eu to produzindo.*

Daniel: *Oh o que vocês tem, é porcaria – Ele fazia e faz até hoje – Porcaria, isso não vale nada – Chutava forno, ele via essas máquinas de moer milho, pra tratar pintinho, chutava – Eu já falei que não quero vagabundo e vagabunda em cima do que é meu, nem que seja a última coisa que eu tenha que fazer na minha vida, mas em cima das nossas terras não fica – E bravo!*

Rosa: *A minha sorte é que você tem a boca bem tratada, que você tá jogando sua saliva no meu rosto. O senhor me respeita, o senhor modera suas palavras, que eu não sou vagabunda, eu sou trabalhadora – Aí foi a hora que ele levantou a mão pra dar no meu rosto, e eu tava arrumada pra vir pra cidade, aí tinha um fogão a lenha aceso. Aí foi a hora que ele perdeu a paciência dele lá e se sentiu no direito de querer me bater. O irmão de Daniel levou a mão embaixo da camisa pra sacar a arma, eu vi a arma, que ele tava com a camiseta comprida de linha. Ela não era de tecido assim. Era tipo um crochê, não tem?*

Em meio aos gestos que reviviam a *hora da agressão*, Rosa permitia que nós imaginássemos toda a cena em seus detalhes: as roupas que cada um usava; o marido que

parecia coadjuvante, pois a voz que contra-argumentava os fazendeiros era a dela; o xingamento de vagabunda que sempre era contraposto ao seu valor de trabalhadora e agricultora que *luta*; o Incra (*governo*) como responsável pela terra e pela resolução da questão através de documentos; os objetos que construíram com zelo para trabalharem e produzirem no PDS, desprezados pelos chutes de Daniel; o seu próprio corpo inferiorizado pela saliva e a mão do agressor que a empurrou em direção ao fogão chutado; o fogão já não tão quente a ponto de piorar a marca de queimadura em sua pele, que nos mostrou quando concluiu parcialmente o acontecimento:

Rosa: Oh, eu queimei aqui, aqui, aqui ó. Não mostrei pras autoridades pra não formar dilema maior pra cima dele. Me dá a impressão que foi Deus que não me deixou comentar [com as autoridades], pra tentar *amansar* né, eu falei, “Deus vai fazer que ele compreenda”. Mas não sei se compreende não. Aí depois disso ele foi mais umas três vezes lá em casa *brigar* de novo.

Rosa enfatizava em sua fala o quanto era compreensiva ao tentar explicar aos fazendeiros a situação em que se encontravam, sem documentos e em meio a disputas judiciais. Ademais, mostrava a disparidade de força entre as partes, visto que eles andavam armados e ficavam impunes apesar das *covardias*. Mostrava ainda ser digna de respeito ao se afirmar trabalhadora e descrever toda a *luta* para construir e produzir o que os seus antagonistas desprezavam. Lembrou ainda que uma amiga que trabalhava na fazenda de Daniel contou ao visitá-la após a agressão que comentavam na sua frente que não gostavam de negro e nem de sem-terra. Branco e sulista, Daniel continuou tentando por outras vias *botar medo* nos assentados que ocupavam a área que dizia ser sua, como infiltrar capatazes no meio deles. Contudo, como Rosa comentou achando graça, os capatazes de Daniel criaram laços afetivos com ela e sua família, chegando a considerá-la mãe ou madrinha. Após horas de conversa em que as três lembraram várias vantagens obtidas por Daniel apesar de todas as suas *covardias*, Rosa disse, “é uma *desonra* o que acontece lá dentro do assentamento! Eu nunca vi, uma coisa *nojenta!*”.

Imperava ao longo do relato tons de revolta contra *covardias* e nojo moral pela falta de sentido da situação na qual se via imersa, marcada pela falta de responsabilização por atos que feriam *direitos* (Kolnai, 1998, p.589), bem como de orgulho pela preservação da própria honra em face à *desonra*. Esse complexo de emoções contrariava o desprezo do fazendeiro e o medo como forma de controle social (Rezende; Coelho, 2010). Ao passo em que Rosa teria ouvido Deus e não mostrou a marca da agressão corporal para as

autoridades, ele foi incapaz de compreender a situação e de ser *amansado*, o que indicava superioridade moral e espiritual da narradora.

Serpente e tatução

As autoridades eram recorrentemente descritas pelo *medo* que causavam. Mesmo o Incra, cuja presença era muito desejada em falas de denúncia sobre o *abandono* em que se encontravam, era temido:

Quando o povo, menina, ouve falar assim “O Incra vem vindo”, o povo fica tudo doido, apavorado, tu sabe? Parece que vem vindo uma serpente, porque eles vêm e faz papel de serpente. Aí as pessoas não têm coragem de falar isso, mas eu tenho coragem porque eu tô passando por isso e eu não tenho medo da verdade [...] Posso sofrer as consequências, porque falar a verdade pode custar até a vida. (Ellen, entrevista gravada, 07/06/2017).

Ellen é uma assentada *pioneira* conhecida por ser próxima dos indígenas Kayapó que habitam a Terra Indígena Baú, adjacente ao PDS Terra Nossa. Por isso, relatou ter vivenciado muitas cenas de racismo anti-indígena, inclusive por assentados brancos, que tinham *medo* da circulação de indígenas pelo assentamento, os quais eram considerados *brabos* e *vagabundos*. Além disso, Ellen e sua família passaram a ser cada vez mais alvo de rumores, que despertavam a dúvida inclusive entre suas amigas de longa data, acerca de sua suposta proximidade com determinados *fazendeiros*. Rumores por vezes provocaram um relativo isolamento em termos de *apoios* entre assentados – solidariedade que se manteve, mas de forma cada vez mais sigilosa. Contudo, Ellen demonstrou por diferentes meios – em reuniões com *autoridades* e em entrevistas à imprensa – defender a desintrusão dos grandes *fazendeiros*, bem como o fim das atividades da mineradora Chapleau, da Serabi Gold, no assentamento. Por isso, depois de muitas ameaças, se passou a se afirmar *ambientalista*, ressignificando e valorizando uma categoria de acusação corrente na região, empregada por *fazendeiros* contra seus adversários.

Ellen era uma das poucas que ouvi criticar duramente o Incra como *serpente*, devido ao fato de variados servidores terem ameaçado assentados de expulsão de sua terra e por não raro favorecerem *fazendeiros*. Assim, os demais assentados demonstravam maior *medo* de criticarem abertamente a autarquia (para pessoas *de fora*, como eu) por dependerem de seus servidores para serem reconhecidos como assentados, quanto a relação de confiança que estabelecemos uma com a outra. Em conversas por mídias sociais, Ellen continuou contando revoltada seus enfrentamentos com essas *autoridades*:

Eles [servidores e superintendentes do Incra] não lembram que largaram a gente aqui, fizeram um assentamento invisível, e é cárcere privado porque não pode trabalhar pra fazendeiro porque senão dizem que a gente é a favor do fazendeiro. A reforma agrária é essa, viver na bacia da miséria. Vai matando a gente aos poucos até a gente desistir. [...] Incra fica em cima do muro. Ou a gente serve a Deus ou ao Diabo, não dá pra ficar em cima do muro. As mortes que acontecem o culpado é o Incra. Nosso *sofrimento* o culpado é o Incra. [...] Eu não aceito nem o grande nem o pequeno *humilhar* os outros assim. O pior *covarde* é aquele que aproveita a fraqueza do outro. O mais pequeno é indefeso. Por que não aceito o Incra *humilhar* nós agricultor? Porque nós é indefeso. (07/09/2020, áudio via mídia social).

Então eu to transformando essa humilhação em leis. E eu disse: “no dia que a mineradora funcionar, o Incra vai ter que me indenizar e pagar é caro, porque eu não vou ficar”, Renata. Sabe por quê? Porque eu não vou morrer intoxicada com esses *venenos* da mineradora, e nem vou deixar meus netos, meu futuro, ter câncer nos pulmão, não. Eu já falei pro meu povo, eu disse pro Incra, [...] que o Incra vai ter que me indenizar, o subsolo tá tudo registrado e vão virando um tatução aí embaixo.” (18/04/2021, áudio via mídia social).

Em suas reiteradas queixas, Ellen mostrava a falta de conhecimento do Incra ao confrontar assentados por trabalharem para fazendeiros, pois confundiam que isso seria atravessar os *lados*, ao passo em que é justamente esse trabalho que permitiu que muitos permanecessem na luta pelo PDS Terra Nossa em meio ao *abandono*. Ademais, explicitou nessa fala o significado de *covardia*, que remete a descrições de covardia em outros contextos rurais como enfrentamento desleal dos *fortes* para com os *fracos*. A *covardia* pode ser associada à perversão do ideal de coragem e de virilidade ao desumanizar o outro (Brandão, 2000, p.76) e à falta de discernimento dos confrontos (Ayoub, 2014, p.125-126). No caso da fala de Ellen, poderíamos estender isso à pretensão de ficar em cima do muro, que na prática implica a permissão para que o *lado do diabo* ataque e mate pessoas consideradas vulneráveis¹⁴.

Assentados (os *pequenos, de Deus*) que atravessaram a linha da comunidade e se alinharam ao outro *lado* (dos *grandes, do Diabo*) também se enquadrariam nessa categoria de *covardes* quando participaram da *humilhação* dos mais *fracos*. Apesar desses serem descritos por Ellen como indefesos, demonstraram muitas vezes com seus atos de fala e atitudes que vão à *luta* e não aceitam *humilhações*, afirmando e exigindo sua dignidade. Nisso, ela se mostra um exemplo de *coragem* como valor que incide justamente contra *humilhações, medo e covardia*. Apesar de muitos evitarem falar para pessoas de fora como eu ou autoridades sobre assassinatos e agressões corporais por terem

¹⁴ Em 2018 dois assentados *pioneiros* em RB foram assassinados por ocuparem lotes disputados por fazendeiros: Romar Roglin foi baleado em seu lote; e Antônio Rodrigues dos Santos, que deixou uma viúva e três filhos que não puderam enterrar o pai e o marido, pois seu corpo continua desaparecido. Sobre essas mortes, ver: Raione Lima (2019), agente da Comissão Pastoral da Terra de Itaituba.

medo de falar e de morrer, manifestavam *coragem* ao contar suas histórias de *sofrimento* e *humilhação*, pois falar era um risco de “trazer à tona sentimentos que podem reacender o conflito e dar lugar a novos atos de violência.” (Ayoub, 2014, p.128).

No sentido analisado por Paula Lacerda (2017), a enunciação do sofrimento produz queixas que, transformadas em lutas públicas, são consideradas atos de coragem por desafiarem autoridades que lhes abandonaram e agentes locais poderosos envolvidos com as práticas anunciadas como violentas. Com isso, vão no sentido contrário da desonra e humilhação que seu silêncio significaria, bem como da representação de que suas vidas seriam descartáveis, inferiores, menos humanos e, portanto, humilháveis. O próprio ato de contar histórias de *sofrimento* e *humilhação* era uma demonstração e exigência de dignidade. Isso remete ao observado por Elisabeth Wood (2001), em que camponeses de El Salvador se rebelaram contra elites não somente por acesso à terra, mas pela satisfação e orgulho de romperem com a humilhação, obediência e medo do passado e ao denunciarem o que passaram a enquadrar como injustiças.

Considerações finais

A *humilhação* como cerne dos processos da conquista de distinção entre humanos e menos humanos, que surgem a partir do contato com colonizadores, e se estabelecem com a conquista. Ou seja, *humilhações* são práticas compreendidas pelas suas vítimas como de estigmatização e de rebaixamento, de ataque à dignidade e autoestima. São voltadas sobretudo a pequenos agricultores pobres (sobretudo negros) e indígenas. As *covardias*, por sua vez, apontam a denúncia de uma forma de dominação considerada ilegítima, pois os valentes/fortes empregam sua força e recursos de forma assimétrica e violenta, não justificável, contra os mais fracos. Há uma questão de performance da masculinidade e da virilidade, de exibição de armas, práticas que humilham.

Quanto ao *fogo* e *veneno*, não puderam ser explorados em profundidade nesse paper, ainda inicial. Para resumir, os diferenciados usos do fogo revelam essas posições sociais desiguais e racializações, e as maneiras pelas quais se pode ser *humilhado* e ser alvo de *covardias*. Incêndios criminosos geram fumaças que causam aumento de doenças no início do verão amazônico, atacando o corpo pela inalação da fumaça. Os venenos demonstram uma outra face das *covardias* que afligem sobretudo populações pobres, negras e indígenas. São consumidos de modo involuntário, através dos rios (pelo mercúrio

usado na extração de ouro) e ares poluídos com os agrotóxicos jogados dos aviões dos *fazendeiros*. *Venenos* atacam os corpos de crianças, adultos e idosos sobretudo pela comida (como pela ingestão de peixes), mas também da própria roça que é contaminada; além de ameaçar o próprio futuro. O *veneno* do ar acompanha ainda o capim que cai dos aviões, destruindo a diversidade agrícola de assentados.

Ademais, há o envenenamento constitutivo das relações de reciprocidade e solidariedade em comunidades morais (Bailey, 1971). *Ajudas* e *acordos* vindos de políticos e *fazendeiros* para assentados podem ser necessárias em determinados momentos e para se manterem na terra, mas podem se revelar ilusórias, traiçoeiras e até mesmo perigosas, por ameaçar a garantia ao acesso à terra e os direitos de beneficiários de reforma agrária. Ao lado disso, são comuns os rumores de que lideranças dos pequenos agricultores contrárias à mineração, grilagem e agronegócio dentro do PDS Terra Nossa estariam envolvidas com práticas predatórias, como venda de madeira e incêndios criminosos. Logo, seus antagonistas, as acusam do que costumam ser acusados. Usam servidores públicos, fiscais e policiais nessas disputas, denunciando lideranças que seguem lutando pelo PDS Terra Nossa para a polícia civil (boletins de ocorrência), para o IBAMA e para o INCRA (acusam pequenos de grilagem, por exemplo).

Portanto, a conquista pode ser um modelo analítico pertinente para analisar o caráter catastrófico das transformações socioecológicas globais, ao atentar tanto para a plantação quanto para a mineração como formas de extrativismo complementares que exercem o controle sobre populações classificadas como desumanas ou menos humanas. Nesse sentido, políticas de colonização e de reforma agrária que atualizaram saberes e práticas coloniais de conquista, “desqualificaram as populações insubmissas sob o ponto de vista moral, social, político, econômico e religioso, assumindo conotações raciais e étnicas mais ou menos evidentes” (Brito, 2022, p.94).

Em trabalhos futuros, pretendo mostrar como o modelo analítico da “conquista” contribui para a análise de dispositivos da colonialidade nesses conflitos, como a persistência do discurso civilizador do desenvolvimento e o apagamento de outras historicidades e formas interespecíficas de habitar o mundo.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. (Org.). **Language and the Politics of Emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990, p.1-23.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].

AYOUB, Dibe. Sofrimento, tempo, testemunho: expressões da violência em um conflito de terras. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 107-131, jul./dez. 2014.

BAILEY, Frederick. **Gifts and Poison: The Politics of Reputation**. Oxford, Basil Blackwell, 1971.

BEMERGUY, Telma de Sousa. Notas sobre a feitura de um novo Estado na Amazônia Paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós. **Amazônica**, v. 11, n. 2, p. 771-800, 2019.

BEMERGUY, Telma de Sousa. **Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BRANDÃO, Carlos. **O afeto da terra**. Imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiados do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Unicamp, 2000.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **Controle da terra e das populações**. A política de colonização da ditadura empresarial-militar. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

CAMPBELL, Jeremy M. **Conjuring property: speculation and environmental futures in the Brazilian Amazon**. Seattle: Univ. of Washington Press, 2015.

COMERFORD, John. Saber viver, em meio a encenqueiros, valentões e perigosos. In: BARREIRA, César; AQUINO, Jânia; SÁ, Leonardo. (Org.). **Violência, Ilegalismos e Lugares Morais**. Campinas: Pontes Editores, 2014, p.43-58.

CORREA, Ester; BEMERGUY, Telma. Fronteiras contemporâneas e diferenças em movimento. **Equatorial**, v.7, n.12, p.1-12, jan./jun. 2020.

DAVIS, Janae; MOULTON, Alex; VAN SANT, Levi; WILLIAMS, Brian;. 2018. "Anthropocene, Capitalocene... Plantationocene?: A Manifesto for Ecological Justice in an Age of Global Crises". **Geography Compass**, n. 13(5): pp 01-15.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; GADELHA, Kaciano; RANGEL, Everton. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. **Anuário Antropológico**, v.46, n.3, p.10-29, set. 2021.

GILL, Bikrum. Beyond the premise of conquest: Indigenous and Black earth-worlds in the Anthropocene debates. **Globalizations**, p.1-17, 2021.

GILSENAN, Michael. **Lords of the Lebanese Marches: Violence and Narrative in the Arab Society**. London-New York, I. B. Tauris, 1996.

HARAWAY, Donna. 2015. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making kin. **Environmental Humanities**, 6, p.159-165.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, N.; GILBERT, S. F.; OLWIG, K.; TSING, A. L.; BUBANDT, N. (2015). Anthropologists are talking—About the Anthropocene. **Ethnos**, v. 81, n.3, p. 535–564.

HERZFELD, Michael. **Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State**. New York/London: Routledge, 2005.

INCRA. **Relatório de atividade minerária da empresa Chapleau Exploração Mineral Ltda. no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa**. Santarém, 2017.

INCRA. **Diagnóstico Fundiário do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do PDS Terra Nossa**. Ordem de Serviço n^o 54/2016/INCRA/SR30G. Santarém, 2018.

INGOLD, Tim. **Being alive: Essays on movement, knowledge and description**. London and New York: Routledge, 2011.

KOLNAI, Aurel. The Standard Modes of Aversion: Fear, Disgust and Hatred. **Mind**, v.107, n. 42, p. 581-595, jul. 1998.

LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 49-75, jul./dez. 2014.

LACERDA, Renata Barbosa. Coragem para segurar a terra: habitação, trabalho e violência. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe; DAINESE, Grazielle (Org.). **Casa, corpo, terra, violência: Abordagens etnográficas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022, p.293-326.

LACERDA, Renata Barbosa. **Terra sem lei? Sociedade e política no governo da Amazônia**. 2023. 488 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

LAMBEK, Michael. The Past Imperfect: Remembering as Moral Practice. In: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael (Org.). **Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory**. New York: Routledge, 2016 [1996], p.298-318.

LIMA, Raione. Conflitos no Campo: BR 163 no oeste do Pará é palco de assassinatos e ameaças de morte. **CPT**, Itaituba, 23/04/2019. Conflitos no Campo. Disponível em: <<https://bit.ly/37SxQxH>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

MACHADO ARÁOZ, Horacio "América": Mina e plantação: uma perspectiva decolonial sobre as origens do "Antropoceno". **GEOgraphia**, v.25, n.55, p.1-24, 2023.

MARQUES, Ana Cláudia. Apresentação. In: MARQUES, Ana Claudia (Org.). **Conflito, Política e Relações Pessoais**. Campinas: Pontes, 2007, p.7-25.

MARQUES, Ana Claudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, Ana Claudia (Org.). **Conflito, Política e Relações Pessoais**. Campinas: Pontes, 2007, p.27-55.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna; prefácio de Darcy Ribeiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

REZENDE, Cláudia; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas sobre a versão pernambucana. **Novos Estudos CEBRAP**, nov. 2000, p. 73-92.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Um Grande Cerco de Paz**. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata**. Conexões entre grilagem e desmatamento no Sudoeste Paraense. São Paulo, Urutu-branco; Altamira, Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017.

WOOD, Elisabeth. The Emotional Benefits of Insurgency in El Salvador. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca (Org.). **Passionate Politics**: emoticons and social movements. Chicago: The University of Chicago Press, 2001, p.267-281.